

AS PRÁTICAS E AS REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A CIDADE

Vania Carvalho de Araújo

CE/PPGE/UFES

Ines de Oliveira Ramos

Centro de Educação/UFES

Luciana P. R. Soares

CRIARTE/UFES

Erika Milena de Souza

PPGE/UFES

Resumo

Na contemporaneidade, processos de interdição na cidade inscrevem diferenciados graus de acessibilidade que permitem ou impossibilitam o aparecimento público das crianças nos diferentes tempos e espaços sociais. Da cidade repartida, desordens sociais resultam em proibições, segregações e tipificações de quem pode e quem não pode nela ter acesso e transitar livremente. Em seu livro “A cidade e a criança” Mayumi Lima (1989) expõe algumas “tirantias” decorrentes do processo de subalternização das crianças frente os adultos na configuração da cidade e na organização e uso dos espaços nas escolas públicas. Embora não reconhecidas na urbe, as crianças experenciam cotidianamente diferentes espaços da cidade, transgridem o olhar dos adultos e são capazes de subverter a ordem normatizadora dos contextos onde habitam. Por meio de um estudo exploratório realizado com 90 crianças de cinco e dez anos de idade moradoras de duas cidades localizadas em contexto rural e urbano do Estado do Espírito Santo, esta pesquisa propõe-se identificar as brincadeiras vivenciadas pelas crianças no contexto rural e urbano; identificar os espaços mais utilizados e os modos peculiares de representação sobre a cidade. Os resultados da pesquisa apontam que as crianças fazem experiência da cidade por meio de diferentes práticas sociais e culturais e suas representações sobre a cidade estão intimamente ligada às influências das imagens socialmente disponíveis e inscritas nos diferentes modos de inserção segundo as suas condições materiais de vida e de simbolização do mundo. Essas formas peculiares de vivenciar e representar a cidade expõe os constrangimentos imposto às crianças quando a cidade, como aglomerado de preocupações privadas e tempos socialmente demarcados não levam em consideração no planejamento urbano os direitos das crianças e as culturas infantis.

Palavras-chave: Criança e cidade. Planejamento urbano e direitos da criança. Cidade e culturas infantis.

INTRODUÇÃO

Da cidade repartida, desordens sociais resultam em proibições, segregações e tipificações de quem pode e quem não pode nela ter acesso e transitar livremente. Nesse processo de ordenação da cidade, novos enunciados dão conta de expor o paradoxal movimento entre a invisibilidade social das crianças e a capacidade de as culturas infantis inaugurarem novos dispositivos discursivos que permitem desconstruir possíveis arbitrariedades. Aqui há mais do que um modo de perceber as crianças na cidade, mas reconhecê-las como sujeitos ativos e não como reprodutoras passivas da cultura de massa.

Em seu livro “A cidade e a criança”, Mayumi Lima (1989) expõe algumas “tirantias” decorrentes do processo de subalternização das crianças frente os adultos na configuração da cidade e na organização e uso dos espaços nas escolas públicas. Como arquiteta, percebia os constrangimentos de uma sociedade, cujas “crianças e velhos tendem a serem considerados cada vez mais fardos inúteis porque não imediatamente produtivos” (p. 12). Ainda que não reconhecidas na urbe, as crianças experenciam cotidianamente diferentes espaços, transgridem o olhar normatizador dos adultos e são capazes de subverter a ordem dos contextos onde habitam. Isso confirma que as crianças não apenas são submetidas aos efeitos disciplinador e segregador da cidade, mas possuem capacidades e características específicas de representação e simbolização do seu cotidiano e das condições sociais em que vivem. Assim, pesquisar a cidade a partir das crianças “[...] permite descortinar uma outra realidade social, que é aquela que emerge das interpretações infantis a partir dos seus respectivos mundos de vida. (SARMENTO e PINTO, 1997, p. 25).

Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, em pesquisa realizada na década de 1940, junto com os grupos infantis no Bairro Bom Retiro, em São Paulo, afirmava a existência de uma cultura infantil, “constituída de elementos culturais quase exclusivos das crianças e caracterizados por sua natureza lúdica atual” (FERNANDES, 2004).

Fernandes (2004) destaca que nem tudo corresponde a coisas relativas ou provenientes da cultura dos adultos e afirma que as próprias crianças também elaboram parte dos elementos de seu patrimônio cultural. Para ele, o processo da formação da cultura infantil é constituído por elementos aceitos da cultura do adulto e por elementos elaborados pelas próprias crianças. Dessa forma, é possível a análise das interações das crianças dentro de seus próprios grupos. Ou seja, “educação da criança, entre as crianças e pelas crianças” (FERNANDES, 2004, p. 219). É também nos próprios grupos infantis que as crianças, nas relações que estabelecem com as outras crianças, adquirem traços culturais da sociedade mais abrangente e vice-versa. São, pois, nos diferentes espaços, que inevitavelmente vivemos e interagimos com diferentes pessoas e produções culturais. A partir das relações estabelecidas (práticas e representações) nos constituímos ao significar o espaço onde habitamos ao mesmo tempo em que as marcas deixadas por outrem nos constitui. Assim, um sentido para além da normatividade é possibilidade e, nessa direção, as crianças revelam os sentidos atribuídos à cidade a partir de suas experiências, como sugere Lima (1989) ao afirmar que para elas “[...] existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços da liberdade ou da opressão”.

As interações entre pares na infância dão lugar, portanto, às culturas infantis que nos apresentam modos de significação próprios das crianças, revelados a partir dos constrangimentos ou das possibilidades expressas a elas. Sendo assim, todas as crianças, inclusive as crianças com deficiência, cujas marcas da deficiência inscrevem especificidades, estão submetidas a ordem das coisas na cidade. Essas crianças são mais invisibilizadas em relação ao planejamento urbano e aos direitos na medida em que o sentido da norma não as contempla: além da condição infantil é também negada a condição de ser diferente. Desse modo, as práticas e representações dessas crianças sobre a cidade circunscrevem-se ao conjunto de experiências que têm a possibilidade de acessar. Se para as crianças de modo geral os limites para habitar a cidade são interpostos diariamente, o que dizer das crianças com deficiência, a quem o discurso da normalidade trata de atravessar

negativamente? De que maneira essas crianças têm se apropriado do legado cultural existente? De que maneira a cidade favorece essa apropriação e que modo as crianças (todas as crianças) se constituem a partir dela?

Sabemos que, a cidade parece expor uma polaridade, ora como um espaço de proibição, de perigo e exclusão, ora como espaço de encontro, sedução e encantamento. Não obstante tal paradoxo, a representação da cidade pelas crianças deixa emergir uma relação conflitante e, muitas vezes, controversa, já que em seu cotidiano divergem e convergem experiências que muitas vezes expõem um sentido fluído e dicotômico de suas próprias experiências, isso para destacar o quanto a sua significação do mundo é mediada pelo real e seu imaginário.

No mundo da fantasia que povoa o imaginário de todas as crianças corre o sonho, a aventura fantástica e, também, a ilusão de um percalço que, quantas vezes, um faz-de-contas suaviza ou mesmo dilui, emprestando à realidade mais cruel da vida um sentido que a criança consegue processar a coberto de sofridos constrangimentos, que de outro modo lhe adviriam certamente, construindo suave e paulatinamente a sua inteligibilidade do mundo que a rodeia, onde se cruzam a cada momento as alegrias e as tristezas que fazem as vitórias e as derrotas com que somos quotidianamente confrontados e que cada criança vai também vivificando na sua forma inocente de perceber uma realidade tantas vezes escondida na fantasia com que a veste (SILVA, 2011, p. 195).

Não podemos deixar de considerar que “[...] ao significar a cidade o sujeito [neste caso, a criança] se significa na e pela cidade” (ORLANDI, 2001, p. 8). Em se tratando das culturas infantis, as crianças ao verem a cidade, se vêem a si mesmas, ou ao menos deixam transparecer as representações que atribuem e dão sentido ao espaço social em que habitam e transitam, mesmo se tais conteúdos se constituem a partir da própria materialidade de suas condições de vida ou por meio de outras formas representacionais distintas, como, por exemplo, o uso da fantasia, normas e valores como elementos recursivos de exposição do real. Sarmiento (2004) ressalta que as crianças operam uma reinterpretação ativa da realidade onde estão em jogo o cruzamento das culturas societais globalizadas com culturas comunitárias e culturas de pares, confirmando, assim, processos multifacetados ao narrar suas impressões, opiniões e expectativas sobre uma dada realidade.

Situar a criança no campo de investigação sobre a cidade não é apenas retomar uma história cujas sensibilidades relativas aos espaços sociais se configuram predominantemente em torno das demandas dos adultos, mas, também, uma possibilidade de expor as evidências de alguns constrangimentos que as crianças passam numa relação ambivalente entre a expansão dos seus direitos e a sua invisibilidade como sujeitos no processo de configuração e planejamento da cidade.

A metodologia da pesquisa foi um estudo exploratório qualitativo realizado com um grupo de 90 crianças, com idade entre 5 e 12 anos moradoras da cidade de Vitória e Santa Maria de Jetibá, ES. A escolha das crianças foi aleatória. Nas escolas em que foram coletado os dados havia crianças com deficiência, porém só em uma escola vivenciamos uma situação que nos mostrou como que a infância de uma criança com deficiência pode ser negligenciada. Se ao longo do estudo percebe-se a invisibilização da criança e de seus direitos, que dirá uma criança deficiente.

Vale salientar que em uma das escolas em que coletamos os dados havia uma criança com deficiência na sala de aula selecionada para a pesquisa. Ao chegarmos e sermos apresentada pela diretora à professora da sala esta diz: [...] caso ela (criança com deficiência) seja escolhida você coloca outra no lugar. Nesse momento a pesquisadora intervém e diz que se a aluna com deficiência for selecionada é ela que será entrevistada. Isso porque, a pesquisa propôs-se a identificar as brincadeiras vivenciadas pelas crianças; identificar os espaços da cidade mais utilizados e as formas de representação da cidade em seu contexto rural e urbano. Mais do que definir um conceito de e sobre a cidade, nossa perspectiva é colocar em análise uma concepção que pudesse emergir das experiências e narrativas das crianças, independentemente de sua situação, mesmo que isso signifique a busca por uma ressemantização da cidade à luz de suas observações, práticas e representações, isso para ressaltar a capacidade de as crianças constituírem conceitos não redutíveis aos conceitos dominantes e cientificamente plausíveis. Entendemos que, quando se pensa em crianças, se pensa em um mundo de infância diverso, múltiplo e desigual, principalmente quando elas estão

inseridas em diferentes contextos sócio-culturais de pertença, classe social, etnia, gênero, religiosidade, deficiência etc.

AS CRIANÇAS E SUAS FORMAS DE VIVENCIAR E REPRESENTAR A CIDADE: ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados preliminares da pesquisa apontam que as crianças fazem experiência da cidade por meio de diferentes práticas sociais e culturais e suas representações estão intimamente ligadas às influências das imagens socialmente disponíveis e inscritas nos diferentes modos de inserção segundo as suas condições materiais de vida e de simbolização do mundo. Essas formas peculiares de vivenciar e representar a cidade expõem os constrangimentos impostos às crianças quando a cidade, como aglomerado de preocupações privadas e tempos socialmente demarcados, não levam em consideração no planejamento urbano os direitos das crianças e as culturas infantis.

▪ De que você brinca e com quem brinca?

Enquanto as formas de brincadeiras das crianças maiores remetem, com frequência, às atividades ligadas ao esporte, tais como volley, futebol, handball, as crianças menores expõem uma intrínseca relação com cenas ou objetos decorrentes de personagens de filmes e/ou desenhos animados, denotando, assim, um significativo tempo destinado ao uso de brinquedos eletrônicos e reinterpretação de alguns personagens midiáticos. Contudo, as narrativas desses dois grupos de crianças evidenciaram as estratégias de piques (pique-esconde, pique-agacha, pique-cola, pique-ajuda) como as brincadeiras mais recorrentes no cotidiano, o que remete a um contraponto de experiências vivenciadas na escola onde correr, pular, saltar são, muitas vezes, proibidas e à ausência de outros espaços públicos que as motivariam a vivenciar outros tipos de brincadeiras.

Nas brincadeiras de piques relatadas pelas crianças a presença de um companheiro (amigo, vizinho ou parente) possibilita uma interação mediada pela disputa, estratégias de fugas, exposição de determinadas habilidades que

não exigem espaços formalizados ou outros tipos de objetos mais sofisticados para a sua prática. Sejam eles realizados nas ruas ou em casa, os piques sempre exigem companhia do outro, cumplicidade das regras e desafios que não implicam, necessariamente, a posse de um objeto industrializado, já que a sua efetivação não está atrelada ao poder de consumo das crianças e de suas famílias, sobretudo em contextos economicamente desprivilegiados nos quais a grande maioria das crianças pesquisadas habitam. Contudo, identificamos que quando espaços públicos são disponibilizados às crianças próximo às suas residências, tais como, praças, parques, ruas, etc. outras formas de brincadeiras são relatadas.

- **Quando você brinca?**

Sabemos que o brincar faz parte das culturas infantis e o quanto as crianças brincam, mesmo diante de um cotidiano marcado por processos diferenciados de exclusão. Questionadas sobre *quando você brinca?* tal pergunta não apenas induziu as crianças a uma resposta temporalmente demarcada à luz de uma significação própria das responsabilidades adultas, mas também expôs algumas condicionalidades às brincadeiras por meio de uma moral socialmente aceitável. Nesses casos relatados, a negação do brincar, como um tempo socialmente aceito, condiciona a sua existência “após os afazeres domésticos”, “após a escola”, “quando é permitido pelos adultos”, “nas férias”, “durante a ausência dos pais”.

Curiosa questão onde as crianças não deixam emergir no momento das entrevistas a diversidade temporal de suas brincadeiras, mesmo em situações regidas por determinadas ordens de responsabilidades demarcadas pelos adultos, pois reproduzem um estereótipo do tempo de brincar como um contraponto às tarefas consideradas socialmente mais úteis. Se a escola não é lugar de brincar, brinca-se fora dela; se a casa é um lugar de trabalho, somente após as obrigações domésticas e do exercício de seu ofício de aluno é possível brincar. O tempo socialmente delimitado do brincar, presente nas narrativas das crianças, parece ter sido utilizado como um recurso no encontro com os

pesquisadores adultos, o que denota a composição de um discurso socialmente aceitável.

- **Quais espaços da cidade que mais frequenta?**

Quando indagadas sobre os espaços da cidade que mais frequenta, grande parte das crianças remete a espaços localizados em territórios distantes da sua casa e do próprio bairro, sobretudo quando o bairro é privado de outros tipos de entretenimentos, tais como praça, parques, shoppings, etc. A referência a tais espaços parece adquirir importância pela notoriedade criada em torno deles, distinguindo-os como espaços privilegiados da cidade, além disso, muitas crianças apontam outras cidades como espaços que mais frequentam e não a própria cidade ou bairro. Por sua vez, um grupo significativo de crianças relacionam os espaços da cidade que mais frequentam aos deslocamentos dos pais a supermercados, bares, restaurantes, lojas, ponto de ônibus, padaria, bancas de jornais e escola, expondo, assim, uma certa subalternidade das crianças frente aos espaços ocupados pelos pais, sem os quais não seriam possível neles transitar.

Algumas narrativas nos chamaram a atenção acerca da questão levantada. Quando crianças apontam o caminho, o ponto de ônibus, o morro, a minha rua, campo, varanda de casa, escola, beco de casa e a frente de casa, como espaços que mais frequentam na cidade, conseguem expor a regularidade de suas práticas na cidade sem influenciar-se por uma imagem idealizada de outros espaços considerados mais atrativos. Assim, por sua condição material de existência, suas referências dizem respeito ao contexto de suas práticas cotidianas, à configuração mesma de uma experiência profundamente articulada ao seu grupo social de pertença. O que pretendemos destacar são os elementos subjacentes a tais narrativas, o que demonstra a capacidade interpretativa das crianças ao mesmo tempo em que expõe a negação do direito de apropriarem-se de outros espaços da cidade. Assim, “compreender o olhar da infância é importante para compreender a face do mundo que as encara” (KRAMER, 1999, p. 274).

Tendo por referência as crianças do campo, esta questão aparece relacionada aos vínculos estabelecidos com a família e com os amigos. A proximidade espacial entre as residências ajuda a compor a frequência aos espaços sem o apelo evidente dos artefatos culturais encontrados no contexto urbano. Assim, a casa da avó, dos primos e a escola são espaços mais delimitados de frequência por parte das crianças. Essas crianças residem em pequenas propriedades distantes umas das outras. Os principais espaços onde vivenciam suas brincadeiras são a casa, as estradas e a escola. Como passam a maior parte do tempo no entorno da casa e nos limites da propriedade, transformam estes espaços em lugares de suas brincadeiras, o que implica identificar-se de alguma forma com eles e neles se adaptarem com uma certa resignação. O lúdico é vivenciado de forma diferente dessas crianças para aquelas que vivem em áreas urbanas. Nas estradas, em suas idas e vindas e durante a permanência na escola, nas plantações, nos currais onde estão os animais, enfim, elas fazem uso de elementos da natureza para as suas brincadeiras, sem o apelo evidente dos artefatos culturais encontrados no contexto urbano. As crianças do campo vivem suas infâncias, as atividades da escola, aquelas ligadas à terra e ao trabalho junto às suas famílias.

- **O que é uma cidade?**

Um conjunto diferenciado de respostas foi dado a esta questão. Enquanto para um grupo de crianças a cidade é definida pelo que ela contém: casas, carros, ruas, prédios, lojas, bancos, padaria, praias, shoppings etc., para um conjunto significativo de crianças dos diferentes grupos etários não souberam responder, o que demonstra pouca familiaridade com este conceito e com os usos que fazem de seus diferentes territórios. Contudo, nos chamou a atenção as respostas elaboradas pelas crianças de dez anos moradoras do campo. Como haviam se apropriado dos conteúdos relativos a conhecimentos geográficos, como, por exemplo, as cidades e o país, suas respostas aparecem mais articuladas a tais aprendizagens, o que não se verificou com frequência em outras crianças e em outras escolas com o mesmo estágio de trabalho escolar.

Ao referenciar-se aos “lugares na cidade que as crianças podem e não podem ir”, as respostas ora se delimitaram a espaços formalmente e moralmente aceitos, tais como casa, parques, campo de futebol, praias, *shoppings*, supermercados, etc., ora remetiam a espaços socialmente proibidos a elas, como lugares escuros, festas, prisão, no meio da rua, faculdade, trabalho dos pais, no meio dos adultos, baladas, praias perigosas, reunião, longe de casa sozinho, na casa da bruxa, no rio onde tem jacaré, no cemitério, lugar perigoso, na delegacia, na casa assombrada... Não obstante a diversidade das respostas, o que observamos é que a cidade ainda se constitui em um território pouco familiar às crianças, seja pelo que nela contém, seja pelas suas possibilidades ainda não contempladas às culturas infantis.

Se o fundamento da cidade é a coabitação cidadã e tudo aquilo que diz respeito à vida pública, não há possibilidade de se pensar em inclusão democrática das crianças nos diferentes domínios da vida social (SARMENTO, SOARES, TOMÁS, 2006), sem pensar a cidade como uma esfera pública compartilhada e não como um espaço considerado suspeito e ameaçador ou uma prerrogativa e um “direito” somente instituído aos adultos. Santos (1997, p. 22) ressalta que “os progressos de nossa infeliz civilização conduzem mais e mais a uma sociedade atomizada por um espaço que dá a impressão de reunir”. É justamente neste modo de perceber que, à proporção que as cidades crescem, a distância entre os homens aumenta, é que se configura uma realidade paradoxal do espaço urbano, pois “o espaço que une, é o espaço que separa os homens”.

Considerações finais

O que pudemos depreender dos resultados preliminares da pesquisa é que embora a imaginação seja um dispositivo frequente nas narrativas das crianças, a realidade assume uma dimensão importante em suas vidas. Ainda que estabeleçam uma relação de cumplicidade às normas dos adultos, as crianças não são fiéis a tais normativas, pois ao relatarem como e com quem brincam na cidade, suas narrativas indicam outras temporalidades em que as

brincadeiras se fazem presentes em seu cotidiano. Assim, a aparente dicotomia entre fantasia e realidade parecem dar nova composição ao modo de relatarem suas experiências cotidianas, pois nelas transitam outras formas de inteligibilidade acerca do mundo, o que demonstra que as crianças não são receptoras passivas dos acontecimentos que demarcam o seu lugar na hierarquia social, mas conseguem transpor-se a outros universos de significação sobre a cidade e sobre o modo de nela habitar, mesmo que tais significações não estejam diretamente relacionados às suas condições materiais de existência e ao transporem-se para outros campos de possibilidades de ação segundo suas próprias expectativas, fazem-no em comparação ou inspiradas nos direitos garantidos a outras crianças como determinados tipos de brincadeiras, lugares onde gostariam de estar, acesso a determinados bens culturais, tais como parques, cinemas, clubes, etc..

Ao contrário de uma fala desprovida de sentidos, suas respostas vêm carregadas de sensibilidades, constrangimentos e de uma estética reveladora de seu modo peculiar de interpretar o mundo e de narrar às próprias experiências que fazem da e na cidade. Inscrever outras formas discursivas e práticas sobre a cidade torna-se uma tarefa desafiadora, sobretudo em contextos cuja invisibilidade social das crianças como atores de pleno direitos ainda constitui uma questão dilemática em uma sociedade que põem a descoberto o quanto as crianças são desconhecidas na cidade e suas narrativas não são ouvidas, portanto não se convertem em políticas públicas.

Destacamos que, a construção de novas relacionidades pressupõe a acessibilidade ao contexto urbano, ou seja, construir uma dimensão de caráter público, de uso comum no espaço. Assim, a constituição de uma vida pública requer o direito de acesso a todos, sem restrições, portanto, constitui-se em uma qualidade essencial inerente a esses espaços sem o qual ele não existe. Para tanto, é relevante repensar o papel do planejamento urbano, ou seja, para que as cidades possam obter a satisfação das necessidades dos seus habitantes torna-se importante que todos sejam auscultados.

Referências

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2006.

KRAMER, Sonia. Infância e educação: o necessário caminho de trabalhar contra a barbárie. In: KRAMER, S. et al. **Infância e educação infantil**. Campinas/SP, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto; SOARES, Natália; TOMÁS, Catarina. Participação social e cidadania ativa das crianças. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas/SP: Pontes, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVA, Alberto Nídio. **Jogos, brinquedos e brincadeiras: trajectos intergeracionais**. Vila Verde/ Portugal: ATAHCA, 2011.
